

A dinâmica da língua e suas tendências de evolução

Jean Lauand¹

Silvia M. Gasparian Colello²

Resumo: Partindo da concepção de que a língua é uma construção histórica natural, inevitável e contínua, concretizada cotidianamente por práticas de fala e de escrita, e, ainda, considerando o interesse de se compreender os mecanismos dessa vitalidade linguística nos contextos sociais, o artigo tem o objetivo de examinar algumas tendências na dinâmica da evolução linguística. Para tanto, vale-se da busca de termos e de expressões idiomáticas no banco de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e no acervo do Jornal “O Estado de São Paulo”, o que permite análises sobre a emergência e a transformação de formulações da língua.

Palavras Chave: Língua. Práticas linguísticas. Dinâmica da língua. Evolução da língua.

Abstract: Departing from the concept that language is a natural, inevitable and continuous historical construction that takes shape daily by means of speech and writing practices, as well as considering the interest in understanding the mechanisms of this linguistic vitality in social contexts, this article aims at examining some trends in the dynamics of linguistic evolution. To that end, it searches for terms and idioms in the database of the Hemeroteca [*publication library*] of the National Library and in the collection of a Newspaper, allowing the emergence and transformation of language formulations to be analyzed.

Keywords: Language. Linguistic practices. Language dynamics. Language evolution.

Dizer que a língua evolui é um lugar comum. No entanto, a vitalidade linguística está longe de borbulhar em esferas neutras de legitimidade. Muito pelo contrário, a emergência do novo no processo de produção linguística – gírias, usos de termos coloquiais, formulações populares, recriações terminológicas e todas as formas de tervigeração do erudito – costuma marcar frentes de resistências, ridicularização, controvérsias e práticas discriminatórias, que incidem como mecanismos de opressão e de silenciamento nas esferas sociais, culturais e pedagógicas.

Na suposta distinção entre (o que se considera) “A língua” e “os dialetos”, não se pode negar as pressões de ordem política, ideológica, sociocultural e religiosa, que, a partir do “como-se-diz-o-que-se-tem-a-dizer”, afetam o modo de percepção sobre o *status* do falante ou escritor (e, conseqüentemente, o seu lugar na sociedade), não raro, justificando sua condição de ignorância e de alienação. A esse respeito, Cagliari (1989) nos faz lembrar um exemplo emblemático na história, quando o latim, língua de prestígio na Idade Média, cedeu lugar para as línguas nacionais, obviamente não sem muitos anos de tensão, episódios de desqualificação dos falantes nativos e mecanismos de imposição linguística. É nesse sentido que se pode compreender a célebre frase do sociolinguista Max Weinreich: “A língua é um dialeto com um

¹ Mestre, doutor e livre-docente pela Faculdade de Educação da USP. Docente vinculado ao programa de pós-graduação da mesma instituição (FEUSP). Professor Titular Sênior da FEUSP. Professor colaborador do Colégio Luterano São Paulo. ORCID: 0000-0002-3090-4890. jeanlaua@usp.br

² Mestre, doutora e livre-docente pela Faculdade de Educação da USP. Docente vinculada ao programa de pós-graduação da mesma instituição (FEUSP). Membro dos grupos de Pesquisa Novas Arquiteturas Pedagógicas - NAP e Centro de Estudos Medievais Oriente & Ocidente - CEMOrOc. ORCID: 000-002-8813-8092. silviacolello@silviacolello.com.br; www.silviacolello.com.br.

exército e marinha”. Mais que atestar as estratégias de controle das práticas linguísticas, a afirmação evidencia o descaso ao natural e imprevisível dinamismo da língua, como se, de fato, a sua evolução dependesse da autorização de eruditos e iniciados.

Subsidiando essas posturas, duas tendências fortemente arraigadas circulam paralelamente no âmbito dos discursos linguísticos e educacionais. No Objetivismo abstrato, há a pressuposição de que a autonomia da língua (o “preto no branco”, o significado objetivo das palavras registradas, a correção gramatical e a lógica impecável do encadeamento sintático) é suficiente para garantir a veiculação da ideia, independentemente de contextos, propósitos, interlocutores ou de sutilezas incorporadas ao conteúdo pelo dito e não-dito. A norma culta não é tida como uma possibilidade de expressão; ela é a única forma de expressão legítima e desejável. Sua aprendizagem depende da apropriação de conhecimentos instrumentais capazes de viabilizar a comunicação eficiente entre emissor e receptor. É como se a língua, como entidade independente, pairasse acima da cabeça dos falantes até que, pelo esforço de assimilação de normas, pudesse ser apreendida pelos estudantes. Daí a importância da correção linguística, do respeito inabalável às regras e do conhecimento dos casos de exceção, que, por si, sustentariam a eficiência do dizer. Dicionários e gramáticas seriam, certamente, os “caminhos” mais seguros para quem quiser (e puder) aprender a língua; “caminhos” muitas vezes mediados (“traduzidos” ou facilitados) por manuais e programas da mídia, que pretendem “salvaguardar a pureza da língua nacional”.

No Subjetivismo idealista, a língua é monopólio de alguns. As competências, estilos e conhecimentos de ilustres literatos ou de grandes mestres – verdadeiros representantes (ou “donos”) da língua – são os melhores guias para todos aqueles que desejam se apropriar das formas corretas, bonitas e valorizadas do dizer: aprender é aproximar-se do modo como eles falam e escrevem; é seguir os modelos autorizados, como Shakespeare, Machado de Assis ou Guimarães Rosa. Em que pese os méritos dos grandes nomes da literatura, a concepção costuma inibir a eventual ousadia dos aprendizes, que não se vêem autorizados a recriar a língua a partir de seus próprios referenciais e valores. Parece que as possibilidades de, por exemplo, reconfigurar a ordem dos parágrafos, a sequência temática, o uso da pontuação e até mesmo o sentido de palavras recriadas por metáforas são alternativas apenas para os grandes poetas, gramáticos e literatos. Assim, fica claro um dos princípios básicos que, equivocadamente, perpassa o imaginário do senso comum e, certamente, muitas das práticas docentes: em primeiro lugar, é preciso aprender a falar, ler e escrever corretamente, depois – um dia quem sabe –, o sujeito é autorizado a dizer, com alguma chance de ser reconhecido e respeitado.

Em ambas as posturas, as aprendizagens da fala, da escrita e da leitura não necessariamente coincidem com a efetiva formação do sujeito produtor e intérprete da língua, já que os princípios da pluralidade linguística (as muitas formas do dizer), da polissemia (os diversos significados tecidos a partir de um mesmo texto), da polifonia (as muitas vozes no contexto social), do direito à voz e da condição autoral tendem a ser abafados em nome de um pretensão “bem dizer”. Legitima-se, assim, a pedagogia do “certo e errado linguístico”, um ensino apartado da vida. Para aprender A Língua, o sujeito é convidado a abrir mão da sua língua.

Nessa perspectiva, o que se cobra do aluno é menos o conhecimento da língua e mais a capacidade de “jogar o jogo da escola”, aderindo às práticas artificiais que, para ele, não fazem sentido. O ensino de língua escrita fica reduzido ao ativismo pedagógico sem necessariamente abrir novas frentes de comunicação. A consequência não poderia ser outra

senão a apatia, o desinteresse e o boicote à aula, sob a forma de comportamentos de autoexclusão e de descomprometimento com a própria aprendizagem. Assim, o que, à primeira vista, parece ser um problema [de aprendizagem] do aluno, nada mais é do que uma reação deste à escola incapaz de se adaptar ao seu universo de significados. (COLELLO, 2015, p. 103)

A constatação de que o fracasso da escola pode, em parte, ser subsidiado por concepções equivocadas remete ao interesse em se repensar aspectos – concepções, dinâmicas e implicações sociais ou escolares – relativos à evolução da língua.

Em uma corrente contrária às posturas mencionadas, a concepção dialógica ou discursiva da língua defende o falar, o escutar, o ler e o escrever no contexto das relações humanas e das práticas sociais. Para o Círculo de Bakhtin e seus seguidores, a língua se constrói e se concretiza em produções, ditas ou implícitas, de todos aqueles que circulam no grande simpósio universal, entendido como próprio mundo em suas múltiplas instâncias, culturas e esferas interativas. Descartando posturas elitistas, conservadoras, monológicas e autoritárias que, inutilmente, pretendem controlar as práticas linguísticas, Bakhtin

se pôs a sonhar também com a possibilidade de um mundo polifônico, de um mundo radicalmente democrático, pluralista, de vozes equipolentes, em que, dizendo de modo simples, nenhum ser humano é reificado; nenhuma consciência é convertida em objeto de outra; nenhuma voz social se impõe com a última e definitiva palavra. Um mundo em que qualquer gesto centrípeto será logo corroído pelas forças vivas do riso, da carnavalização, da polêmica, da paródia, da ironia. (FARACO, 2009, p. 79)

Ao postular a língua como prática plural e democrática, a partir de suas múltiplas vozes e diversificadas frentes construtivas, Bakhtin (1988, 1992) pôde explicar a dialética de sua vitalidade: a língua, que dá sentido à vida, tem também a sua própria vida.

A língua é vida porque, no bojo das interações sociais, gera aprendizagem e conhecimento; gera no homem a consciência e a consciencia de si, traduzidas por um modo de ser ou de se relacionar com o mundo e com os outros. Em função disso, a língua também subsidia formas de trabalho, de organização social, de produção cultural e de convivência, qualificando a existência tipicamente humana.

A língua tem vida porque, em um encadeamento de retroalimentação, se perpetua através de contínuas e ininterruptas manifestações: a fala e a escuta necessariamente responsiva de cada um de nós, as escritas e as leituras no conjunto de produções que reagem umas às outras na grande esfera discursiva têm, indiscutivelmente, o seu papel na evolução e na vitalidade da língua. E, aqui, vale frisar: como um processo natural e inevitável, a evolução linguística não pode e não deve ser confundida com progressão degenerativa (CAGLIARI, 1989).

Tomada pela sua natureza vital, a língua deixa de ser uma entidade fechada em si mesma, ou um conjunto de competências adquiridas individualmente, para ser entendida como um processo de permanente construção. Nas palavras de Geraldi (2009, p. 227), “Palavras são recursos expressivos disponíveis na língua, mas são as operações com esses recursos que produzem o sentido efetivo do discurso” (GERALDI, 2009, p. 227).

Na efervescência desses recursos expressivos constantemente produzidos, a nossa percepção sobre a dinâmica da língua é naturalizada e fica quase livre de surpresas ou de estranhamentos. Convivendo diariamente com a mudança, deixamos de prestar atenção a ela, esquecemos suas razões e subestimamos sua importância no conjunto das iniciativas de comunicação. Assim, os caminhos evolutivos da língua nos passam tão despercebidos que tendemos a sustentar o “porto seguro” da norma culta através de práticas sociais (ou pedagógicas) elitistas, conservadoras e discriminatórias. Por isso, ainda que não se possa explicar os movimentos da língua por argumentos racionais e exaustivos, captar os recursos das dinâmicas na evolução da língua é uma forma de compreender a nossa própria existência, os mecanismos vivos de expressão, a vitalidade dos processos de comunicação e, ao mesmo tempo, uma forma de ampliar o referencial de formação humana, em especial, por meio de práticas educativas em prol da riqueza linguística e do respeito às manifestações culturais.

Com base nesses pressupostos, o objetivo desse artigo é examinar algumas tendências (não necessariamente excludentes) na dinâmica de construção e reconstrução da língua: expressões que acompanham (ou não) a evolução social; eufemismos que recriam o sentido das palavras; terminologias sazonais vinculadas a conjunturas específicas; redução linguística; recriação de expressões idiomáticas; exportação de termos de um campo de conhecimento para a linguagem comum; e permeabilidade para estrangeirismos.

Como estratégia metodológica para analisar a emergência e a transformação de formulações linguísticas, contamos com uma preciosa ferramenta: o imenso banco de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (abreviado por BN), que permite a consulta *on-line* de milhares de preciosos periódicos, desde o surgimento da Imprensa brasileira, com a vinda da Família Real. Em alguns casos, também contaremos com o acervo do Jornal “O Estado de São Paulo” e outras eventuais fontes.

1. A sociedade evolui e a linguagem a acompanha (ou não)

As expressões, gírias e frases feitas de uma língua costumam nascer vívidas, com o vigor do gênio do povo que as cria, mas – entra geração, sai geração – pode ser que caiam em desuso, sejam esquecidas, embotem-se e percam o sentido, ou até mudem de significado, pois seu sentido original deixa de ter apelo vital para os usuários. Marcando essa tendência, vale destacar algumas típicas dimensões nas quais a língua acompanha os movimentos da sociedade.

a) Expressões marcadas pela distância entre gerações³

As distâncias de linguagem são por vezes acentuadas e se, por um lado, o bisavô não entende as gírias da garotada, por outro, os jovens usam cegamente muitas das frases feitas herdadas dos mais velhos. Por exemplo, no caso da expressão “Nós, quem, cara pálida?”, seu sabor é totalmente diferente para os falantes de uma geração mais antiga – que cresceu assistindo ao seriado do *ranger* Zorro e seu parceiro, o índio Tonto – e os jovens de hoje, que não assistiram a filmes de caras pálidas e índios. Para estes, é uma expressão que se usa, adequadamente, mas sem a transparência e a vivacidade do original. Numa conversa entre pessoas de 60 anos, sabe-se muito bem a finíssima ironia e devastador conteúdo do que estão dizendo; mas e os adolescentes que também se valem da expressão?

³ Esse e os próximos dois tópicos foram tomados e adaptados do artigo de JL nesta mesma edição: “Minidicionário de Gírias e Expressões Brasileiras”. *International Studies on Law & Education* N.36, 2020. Disponível em <http://www.hottopos.com/isle36/jeandic.pdf>. Acesso em 15-8-2020.

No “Yahoo – respostas”⁴ encontramos a disparatada pergunta:

Qual a razão de se chamar o índio [sic] de "Cara Pálida"?
Até hoje não entendi isso... Que significado tem chamar o índio de
"Cara Pálida"!?! Bjus e obrigada pelas respostas!!

Neste caso – e no de tantos outros – a expressão fica, mas seu referencial de origem torna-se invisível, seu fato-base foi esquecido ou se tornou obsoleto. Assim, muitas expressões que hoje continuam vivas perderam completamente o contato com a realidade que as inspirou. E os falantes continuam usando-as de modo mais ou menos inconsciente e opaco.

Em 1964, Roberto Carlos em “O calhambeque” cantava “Mandei meu Cadillac pro mecânico outro dia” e todos sabiam que o modelo Cadillac da época era um carro arrojado, ícone de luxo e *glamour*, com traseiro chamativo (apelidado de “rabo de peixe”). E, quando Rita de Cássio Coutinho assumiu o nome artístico Rita Cadillac, o público entendia muito bem o porquê. Hoje, provavelmente os jovens devem imaginar que Cadillac seja o nome de família da Rita...

Outro exemplo típico são as expressões de energia e de velocidade, que, mesmo usadas com frequência nos dias de hoje, remetem seus significados a épocas passadas: “a todo vapor”, “de vento em popa”, “não sou movida a eletricidade” (diziam as nossas avós, contemporâneas ao aparecimento dessa energia, quando os maridos exigiam pressa); “lava a jato” (quando do aparecimento dessas máquinas recuperava a ideia do avião a jato, o expoente de velocidade); para não falar dos foguetes, dos supersônicos e turbinados, que, um dia, quem sabe, tornar-se-ão obsoletos.

Analisemos mais detidamente o caso da expressão “pelo andar da carruagem”. É um rico exemplo de *gap* de gerações. Nem sempre se trata só de opacidade em relação ao vivo sentido original. Algumas expressões sofrem também mudanças de significado ao longo do tempo. Na forma completa, que aparece na imprensa brasileira já em meados do século XIX – “Pelo andar da carruagem se conhece quem vai dentro” –, a expressão tinha um sentido complexo associando o modo de condução ao poder dos conduzidos. Como há muito não convivemos mais com carruagens, nós ficamos só com a primeira metade da expressão – “Pelo andar da carruagem” – e a usamos simplesmente como “nestas alturas do campeonato” ou “do jeito que a coisa vai”, podendo aplicar-se a situações meramente fáticas: “pelo andar da carruagem, não teremos inverno rigoroso neste ano”, ou “pelo andar da carruagem, a pandemia vai prejudicar o campeonato brasileiro”. Observe-se, no entanto, que o sentido original (a referencia ao *status* de quem vai dentro) poderia até ser resgatado em afirmações como: “O Vasco pode ser rebaixado, mas, pelo andar da carruagem, o Fluminense (com seus poderosos “advogados”) nunca será”, ou “Pelo andar da carruagem, a Polícia Federal nunca vai concluir a investigação sobre o filho do presidente”.

Outra sugestiva evolução de sentido das expressões ao longo do tempo vem ligada à palavra “Bossa”, hoje limitada ao estilo musical “Bossa Nova”. Certamente, os mais jovens não têm a menor ideia do que seria “a bossa” simplesmente, termo que desapareceu após 150 anos de uso.

“Bossa” é gíria muito antiga e significa o jeito que produz determinado destaque. Inicialmente, aplicava-se somente a uma qualidade específica de alguém

⁴ Cf. em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20070312075324AAZ0sxz>, 26-12-11. Acesso em 15-8-2020

para algo (bom ou mau): a bossa “da poesia”, “das mathematicas”, “da ironia”, “do crime”, “do perdulario” etc. O “Diario do Rio de Janeiro” (10-12-1847), falando dos prováveis golpes do baú do “talentoso José Estevao”, ironiza: “vê-se que o ex-deputado tem a bossa do matrimônio altamente desenvolvida”. Essa conotação se estende ao longo de anos, como se comprova na revista Careta (RJ, 28-8-1921) que, referindo-se ao governador do Maranhão, afirma: “O Snr. Urbano não tem a bossa do perdulario”.

Só muito depois, a expressão começa a aparecer simplesmente como ter graça ou talento, sem a necessidade de ser específico. Na célebre marchinha do Carnaval de 1937, “Mãe eu quero”, a letra diz: “Eu tenho uma irmã que é fenomenal, ela é da bossa e o marido é um boçal”.

Surgem também ocorrências de “nova bossa” como “novo jeito”. Em “O Jornal” (RJ, 25-09-1949), o produtor Fernando Lobo, da Rádio Nacional, anuncia dois programas “que ganharão o horário desde a noite de estréia” qualificados como “bossa nova”. Só no final da década seguinte a expressão “bossa nova” ficaria especializada no novo estilo, na nova bossa musical de João Gilberto & Cia.

b) Expressões marcadas em função do meio de origem

Não é de estranhar também que muitas de nossas expressões procedam de meio rural. Como se sabe, a população rural só deixou de ser predominante no final dos anos 60. Se, nos anos 40, 70% dos brasileiros viviam em área rural; hoje, mal chegam a 15%. Muitas expressões e metáforas surgidas naquela época (e antes) refletem as condições da vida do campo. E assim, por exemplo, gente que nunca ordenhou – ou talvez sequer tenha visto uma vaca de perto – diz tranquilamente que o técnico do time ou a equipe de fórmula 1 estão “escondendo o leite”, metáfora que não faz parte da vivência da imensa maioria de falantes urbanos de 2020.

Continuamos dizendo que “o castigo vem a cavalo”, expressão vinda dos tempos em que o cavalo era um rápido meio de transporte, principalmente para atravessar distâncias rurais. Hoje a metáfora seria descabida e é mesmo incompreensível para os jovens. Em uma página de perguntas do Yahoo⁵, encontra-se, precisamente a seguinte questão: “O que significa dizer: o castigo vem a cavalo?”. Entre as respostas, aparecem disparates como: “o castigo virá rápido devastando, e derrubando e pisando em tudo!”, ou “o castigo que ele nunca vem desacompanhado. Mesmo depois de recebermos o castigo, ainda continuamos sofrendo com as suas sequelas”(?!).

E o mundo todo continua medindo a potência em cavalos (motor 220 cavalos do carro tal)...

c) Termos marcados pela origem da palavra

O esquecimento da etimologia é parte do jogo de esquecimento da linguagem – como faz notar Drummond, nem reparamos que o imposto se chama “imposto” porque é uma coisa imposta (se fosse opcional, quem pagaria?)

A palavra “colo”, que significa pescoço (e da qual derivam os termos “colarinho”, “colar”, “torciloco” e “tiracolo”), não deveria fazer o menor sentido para a mãe que diz ao filho: “Venha se sentar no meu colo”, mas, na prática cotidiana da língua, ela nem tem condições de perceber o absurdo literal de sua fala.

⁵ Cf. Em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080522104006AAw7roo>. Acesso em 25-5-2020

Derivada da palavra “barba”, as barbearias costumavam ser lugares de circulação masculina, quando fazer a barba era um processo demorado e delicado (dado o uso das navalhas). Esses estabelecimentos chegaram mesmo a ser pontos de encontro, onde os homens, prolongando ainda mais o tempo de duração do procedimento, “faziam o social”, discutiam política e futebol. Hoje, com as sofisticadas máquinas de barbear disponíveis ao público consumidor, a pessoas marcarem hora na barbearia para, rapidinho, cortarem o cabelo e, obviamente, nem se dão conta do despropósito que é uma barbearia especializada em cabelo.

Mas há etimologias ainda menos evidentes aos homens de hoje... *Plica* em latim é dobra, face, *prega* (como as pregas da saia ou da cortina). Quando algo está envolto em dobras é “com-plicado”. “Para fora” em latim é *ex* (de onde derivam as palavras “exportar”, “expelir”, “exonerar” etc.). Juntando os dois termos na sua acepção original, temos “explicar” – literalmente, tirar para fora das plicas, das dobras. E quem está envolvido nas plicas é cúmplice; já um filme cru (sem dobras que escondam), traz cenas explícitas. Suplicar é pedir de joelho dobrado. A etimologia de “simples” (do latim: *simplus* ou *simplex*, que ainda veremos nesse artigo) remete, na primeira parte da palavra (*sem*) a *semel*, um só; daí, uma só face (como em alemão: *Einfach*), sem dobras.

d) Termos relacionados a esportes e jogos de época

É natural que muitas das metáforas que usamos sejam tomadas de esportes e jogos, reinando absoluto o futebol, anos luz à frente de qualquer outro competidor. Mas, aqui e ali, há algumas metáforas de outras fontes, em alguns casos de uma época passada de esplendor esportivo. São os casos das regatas e do turfe que, se hoje não empolgam multidões, antigamente, por exemplo em 1940, ombreavam com o futebol. O hino do CRF – Clube de Regatas Flamengo – ilustra usos específicos da língua, certamente estranhos aos torcedores de hoje:

Uma vez Flamengo
Sempre Flamengo
Flamengo sempre eu hei de ser
É o meu maior prazer, vê-lo brilhar
Seja na terra, seja no mar
Vencer, vencer, vencer
Uma vez Flamengo,
Flamengo até morrer
Na regata ele me mata,
me maltrata,
me arrebatada de emoção no coração
Consagrado no gramado
Sempre amado
Mais cotado nos Fla-Flus
É o ai Jesus
Eu teria um desgosto profundo
Se faltasse
O Flamengo no mundo
Ele vibra, ele é fibra,
muita libra, já pesou
Flamengo até morrer, eu sou.

Se hoje o Flamengo é antes e acima de tudo futebol, em 1895, quando foi fundado, o esporte por excelência era o remo. O ano de 1942, quando o hino foi composto por Lamartine Babo, marca o momento de transição no interesse da torcida rubro-negra. Ao lado do remo, que ainda gozava de considerável prestígio (tetra-campeão carioca de 40 a 43), o futebol crescia mais e mais (impulsionado pelos grandes craques, Yustrich, Domingos da Guia, Leônidas da Silva, Valido, Jarbas e Zizinho). Daí, os dois polos no hino, com muitas referências a ambos os esportes, uma delas ininteligível aos atuais torcedores: “Muita libra, já pesou”. De fato, o flamenguista de hoje não tem a menor ideia do que possa significar “pesar libras” e porque isto manifesta a glória do clube. A confusão é tanta, que muitos alteram o verso para o ainda mais incompreensível: “muita libra já *pensou!*”. Mas, afinal, o que significa “muita libra já pesou”?

É uma expressão da regata que significava: homologar vitória. O remo é um esporte que envolve complexas regras de pesagem. Concluída uma disputa, entre os protestos e objeções que podem levar à impugnação do resultado, está o da pesagem do barco *vencedor* (ninguém vai exigir o “anti-doping” do barco que ficou em último lugar); pesagem que, na época, era em libras, por sua origem britânica (como as jardas nas medidas do futebol, ou o sistema de contagem de pontos no tênis).

Ao contrário da década de 40, hoje não nos é mais familiar o jargão da regata, nem o de outra sensação da época, o turfe. Sim, continuamos usando algumas de suas metáforas mais óbvias, dizendo que tal time “não é páreo” para outro, que tal partido político não é “cavalo de chegada”, que tal candidato pode ser o “azarão” desta eleição etc.

Em contrapartida, vale também lembrar muitas outras expressões que desapareceram da circulação popular: hoje ninguém mais se vale da, antigamente conhecidíssima, “não paga placê”⁶. A última vez em que ela apareceu na imprensa nacional (BN) foi em 1991:

Cassiano Gabus Mendes manda avisar: vai mostrar ao Lima Duarte como se faz um chefe mafioso em uma novela. O Venturini não paga placê. (“Tribuna da Imprensa” RJ, 12-11-1991)

E, ao contrário de 1935, hoje Gardel não poderia chorar suas desilusões amorosas, intitulado seu célebre tango “*Por una cabeza*”. Nesse caso, seria preferível (e mais compreensível) o “Morrer na praia”.

Em relação àquele tempo, decaiu também o interesse por jogos de cartas, snooker e pugilismo, mas algumas metáforas persistem.

Do baralho, continuamos usando: “(ser uma) carta fora do baralho”, “cartas marcadas”, “descartar uma possibilidade” etc. Outras, praticamente desapareceram como “fechar-se em copas”.

Do bilhar, restam “(ser a) bola da vez”, estar em uma “sinuca de bico”, “cantar a jogada”, e “confio no meu taco”.

Do boxe, expressões como “golpe baixo”, “salvo pelo gongo”, “ter jogo de cintura” e “jogar a toalha” continuam no circuito da linguagem popular.

⁶ Aposta cautelosa, com folga: vale se o cavalo apostado chegar em primeiro ou segundo lugar. Não pagar placê é não ter chance alguma.

2. Eufemismos que recriam o sentido das palavras

O brasileiro, campeão mundial de eufemismos, consegue a proeza de mudar o sentido original das palavras. O termo “moça”, substantivo ou adjetivo, originalmente relacionado à juventude, no uso popular de hoje pode designar desde a púbere até a mulher madura: “A secretária é uma moça bem posta, de uns quarenta anos” (Aurélio). Sem limite superior de idade, outra forma de uso apela para uma versão mais indeterminada: “palavra com que frequentemente se dirige a uma vendedora de loja, recepcionista ou qualquer funcionária de banco, repartição etc.”. (Houaiss)

Por vezes, é o olhar carinhoso que abala a estrita semântica: mesmo após 50 anos de carreira, até o falecimento de Cybele, aos 74 anos em 2014, sempre se falou em “as meninas” do Quarteto em Cy.

3. Terminologias sazonais vinculadas a conjunturas específicas

Há expressões que surgem em determinados contextos que as reclamam, têm grande aceitação por certo tempo e, depois, ao mudarem as circunstâncias, simplesmente desaparecem e são esquecidas. Seguindo essa tendência, é possível situar alguns casos.

a) Do significado original ao oposto

Para indicar que não se deve gastar dinheiro ou talento com quem não merece, dizia-se: “Para quem é, bacalhau basta”, porque o bacalhau era de ínfimo valor... Muito presente no falar do povo desde sempre e na imprensa brasileira (BN), antes mesmo do Brasil independente, a expressão aparece na BN já na “Gazeta Universal” de 14-02-1822 e vai se tornando, a partir da década de 1960, sem sentido (cf. “O Jornal” RJ, 02-03-1963). Em 1991, a coluna “Restaurantes” do “Jornal do Brasil” decretava seu atestado de óbito: “[o bacalhau] hoje em dia é luxo. Já se foi o tempo de “para quem é bacalhau basta” (27-12-1991)”.

Outro exemplo nasceu da conhecida rivalidade entre brasileiros e argentinos, principalmente no futebol. No uso popular e irônico da expressão “muy amigo” (bordão do personagem Gardelón de Jô Soares, célebre em 1980), o sentido de uma amizade verdadeira foi substituído pelo seu oposto, indicando a postura daquele “com que não se pode contar”, que “quer levar vantagem”, ou que está “mal intencionado”⁷.

A dinâmica da língua não só pode produzir o conhecido fenômeno de alteração do sentido das palavras ao longo do tempo mas, como mostra C. S. Lewis (1960), pode dar-se também, sobretudo no campo da ética, uma autêntica inversão de polaridade⁸, como a que ocorreu com a palavra latina *simplex*. O termo era, para os antigos, um grande valor e ser simples era uma importante qualidade das pessoas: o próprio núcleo da virtude cardeal da *prudencia* (também ela, como veremos, afetada pela inversão). Hoje, com a nossa dificuldade de apreciar esses valores, o termo esvaziou-se de seu sentido inicial e passa até a designar uma qualidade negativa. Para nós, “simples” tem, frequentemente, acepções pejorativas: “aquele que só possui conhecimentos rudimentares”, “aquele que é pobre, que não possui recursos materiais”, “crédulo” (Houaiss); “vulgar, comum, ordinário”, “papalvo, tolo, crédulo, simplório, simplacheirão”, “sem instrução; ignorante” (Aurélio).

⁷ Cf. Recantos das letras. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/1731948>. Acesso em 9-8-2020.

⁸. “The remarkable tendency of adjectives which originally imputes great goodness, to become terms of disparagement” op. cit., p. 173.

Também a própria virtude da *prudencia* sofreu o mesmo processo de inversão de significado. Se hoje a palavra *prudência* tornou-se aquela egoísta cautela da indecisão – ficar “em cima do muro” –, em Tomás de Aquino, ao contrário, ela expressava exatamente o oposto da indecisão: era a arte de decidir-se corretamente, isto é, com base não em interesses oportunistas, não em sentimentos piegas, não em impulsos, não em temores, não em preconceitos, mas, unicamente, com base na *realidade*: em virtude do límpido conhecimento do ser – *recta ratio agibilium*, “reta razão aplicada ao agir”. Prudência significava ver a realidade e, com base nessa visão, tomar a decisão certa. Por isso, como repetia Tomás, não há nenhuma virtude moral sem a prudência, e mais: “sem a prudência, as demais virtudes, quanto maiores fossem, mais dano causariam” (*In III Sent.* d 33, q 2, a 5, sc 3). Com as alterações semânticas, porém, tornou-se intraduzível, para o homem de nosso tempo, uma sentença de Tomás como: “a *prudencia* é necessariamente corajosa e justa”⁹!

b) Sentidos criados em um contexto e, logo, caídos em desuso

Nos tempos em que Paulo Maluf protagonizava – sempre polemicamente – a política paulista e nacional, surgiu o verbo “malufar”, qualificado pelo jornal “O Estado de S. Paulo” de “neologismo de uso corrente” (08-11-1984), para designar, inicialmente, votar em Paulo Maluf, mas, depois, considerando as polêmicas em torno de sua gestão, também “administração escusa”, “malandragem” e “roubalheira”. Quatro anos depois (07-11-1988), em função do seu distanciamento dos maiores centros de poder, o mesmo jornal, feroz crítico do político, praticamente dá por encerrada a onda de uso desse verbo. Já não era mais necessário... E, hoje, Maluf e “malufar” pertencem ao passado (ou à arqueologia) da política.

Um dos contrapontos do malufismo (e de uma das acepções de “malufar”, aderir a Maluf) foi o verbo “tancredar”, muito usado na campanha “Diretas já” liderada por Tancredo Neves. O Estadão, de setembro de 1984 a abril de 1985, registra 29 vezes este verbo, no infinitivo e nas conjugações “tancredou” e “tancredaram”, para designar “adesão ao movimento”. Tempos depois, enquanto a nação aguardava a recuperação de Tancredo para assumir a presidência, a progressiva complicação de seu quadro clínico justificou a retomada da expressão nos meios médicos, agora, assumindo o sentido de “um caso fora do controle”, “paciente que está se perdendo” (GERALDI, 2009).

4. Redução linguística

Um poderoso mecanismo na transformação das expressões é a redução das expressões, na maioria das vezes subsidiada pela lei do mínimo esforço: uma vívida locução surge, se impõe, vem a ser conhecida e empregada por todos e, naturalmente, passa a dispensar seu enunciado completo, bastando uma palavra chave para evocar a expressão completa que, tempos depois, torna-se opaca. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a abreviada expressão que usamos hoje, para indicar excessivo aborrecimento: “É dose”.

Na década de 60, começam a surgir na BN expressões ligadas à dosimetria para animais de grande porte. Em pesquisa na BN, limitando-nos à imprensa carioca, obtivemos os seguintes resultados: “É dose para leão”, com 159 incidências; “É dose para elefante”, com 158; e “É dose para cavalo”, com 45. Curiosamente, ficou em último lugar, logo o cavalo, o único a quem a expressão se pode aplicar e se aplicava

⁹ *Nec prudentia vera est quae iusta et fortis non est.* I-II, 65, 1.

literalmente: veterinários realmente prescrevem doses para cavalo. Vale a pena conferir os usos mais antigos da expressão para cada animal:

[O governador Carvalho Pinto, manejando uma máquina fotográfica] “Puxa, que máquina pesada. Ela é dose para elefante”. (“Tribuna da Imprensa”, RJ, 09-11-1960)

O grupo Aragarças-Jacareacanga diziam que não aturavam seu senso de legalidade (“é dose para cavalo...”, comentavam a boca pequena). (“O Mundo Ilustrado”, RJ, 27-09-1962)

...vamos promover o enterro do Botafogo. Já pensou o que é um time ter que aturar a quinta derrota consecutiva? É dose para leão. (“Jornal dos Sports”, RJ, 09-11-1969)

Na década seguinte, ao sabor do hiperbolismo tupiniquim, amplia-se ainda mais o espectro de animais gigantesco:

Ser vascaíno é dose para hipopótamo; americano [torcedor do América], então, é dose para dinossauro; e do Fluminense eu quero distância. (“Jornal dos Sports”, RJ, 19-08-1971)

E, pela lei do mínimo esforço, hoje tendemos a dizer simplesmente: “é dose”.

Outro exemplo interessante de redução linguística é o termo forró, erroneamente atribuído a um “aportuguesamento” da expressão “for all” (suposta referência a um baile popular, com ritmos tipicamente nordestinos, “aberto a todos os públicos”). Corrigindo esse equívoco, o dicionário Houaiss e o *Blog* associado à revista *Veja*¹⁰ afirmam que o termo, dicionarizado em 1913, é uma forma reduzida de “forrobodó” (este dicionarizado em 1899, também com a conotação de festividade, embora não necessariamente nordestina).

5. Recriação de expressões idiomáticas (um termo puxa outro)

Por vezes, o desejo de inovação, jocosidade, melhor adequação, ênfase, ou simplesmente o anseio de sair da mesmice, levam a inovações na formulação de frases feitas. Foi o que vimos com as diversas variantes da expressão “É dose para cavalo”.

É também o caso da expressão “onde o Judas perdeu as botas”. Originalmente não eram as botas, mas a mãe. “Onde o Judas perdeu a mãe” é expressão antiquíssima, datado de 1833 na BN, em um artigo para combater ferozmente os inimigos da imprensa, que em vão investem contra os jornais:

e que elles trabalhão por exterminar [os jornais]: mas coitadinhos, como se enganaõ! Ainda que elles se vão encantoar la onde Judas perdeu a mãï, sempre hão de haver meia duzia de *Firmes Assignantes* para sustentarem o seu periodico... (“Recopilador Sergipano”, 15-06-1833)

¹⁰ RODRIGUES, S. “Forró vem de “for all”? Conta outra!”. *Blog* Sobre palavras. Revista *Veja* 4-8-2011 (atualizado em 31-7-2020). Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/forro-vem-de-for-all-conta-outra/>. Acesso em 5-8-2020.

Já a partir de 1853, firma-se “Onde o Judas perdeu as botas” (ou “ a bota”):

Amigo Cubatão (...) onde está a sua sciencia? Por certo está onde Judas perdeu a bota. Fez tanto barulho, e a final deu tudo em agua de barrella! (“Marmota Fluminense”, 11-03-1853)

A versão jocosa (que não poderia faltar...), “Onde o Judas perdeu as meias”, com a devida explicação, aparece na BN em 1915 e é muito usada ainda hoje, mais de 100 anos depois:

Quando as turmas que elle fiscalizava chegaram a um arraial, lá onde Judas perdeu as meias, por já ter perdido as botas muito antes (...). (“Era Nova, RJ, 30-09-1915)

Do mesmo modo, assistimos, a partir de 1975, à substituição de “estar com a corda toda” pela (mais sugestiva) “estar com a bola toda”. Esta teve sua primeira aparição na BN em 1893:

A Bibi estava com a corda toda, falou, falou, e depois deitou-se para baixo e apagou a luz. (“Diario de Noticias”, PA, 7-12-1893)

Já a “bola toda”, uma das tantas criações do narrador esportivo Osmar Santos, surge na imprensa escrita (BN) em 1976, na revista “Realidade” (RJ):

E ganharam o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto jogo. Aí o técnico milagreiro estava com a bola toda e foi contratado por um timão da Capital.

E, hoje, a nova forma da expressão está amplamente difundida.

6. Exportação de termos de um campo de conhecimento para a linguagem comum

Muitas expressões nascidas em meios técnicos especializados acabaram migrando para outros campos, ou empregadas para a vida em geral.

É o que ocorre, por exemplo, com o termo, originalmente da medicina profilática, “vacina”, hoje com seu uso ampliado para computadores (contra os “vírus” da informática) e para a vida em geral: “Não me venha com chantagem emocional, já estou mais do que vacinado”.

Da informática ou eletrônica vem alguns termos amplamente aplicados na vida cotidiana, como “deletar” (uma preocupação ou uma ocorrência) e “mutar” (vindo da tecla “mute” dos controles remotos ou dos encontros virtuais), que, em tempos de distanciamento social, ficaram ainda mais popularizados pelas *lives*. Menos conhecido, o termo “abend”, que, originalmente, significava “*abnormal end*” (finalização inesperada de um processamento) virou o verbo “abendar”, aplicado com o sentido de “dar pau” e, eventualmente, usado até para o estado apoplético de pessoas: “o cara tá abendado”.

Da álgebra clássica, temos a expressão “o x do problema”, que chegou a ser imortalizada no samba de mesmo nome de Noel Rosa, composto em 1936: “deixar o Estácio é que é o x do problema”. A expressão remete às origens árabes da Álgebra no

século IX. Sendo uma ciência eminentemente prática, criada para (literalmente) “equacionar” as prescrições do Alcorão sobre heranças, a incógnita, o valor que se quer calcular é a palavra árabe *xay*, grafada como X¹¹.

Um exemplo de um caso que estamos vivenciando hoje e que pode muito bem vir a desaparecer no futuro, a médio prazo. Por conta de conjunturas políticas, nos últimos anos, muitos brasileiros passaram a conhecer muito bem os onze ministros do STF, talvez até melhor do que os onze da seleção de futebol. E esse protagonismo na mídia (sobretudo na TV) levou à exportação de termos do “juridiquês” para a linguagem comum. Por exemplo, quando a transmissão de uma partida de futebol vai chegando ao fim e os comentaristas e o narrador devem eleger o “craque do jogo”, após o primeiro voto – “para mim, foi Fulano, que marcou dois gols e ainda deu cobertura para a defesa etc.” –, o segundo pode abster-se de comentar e dizer “meu voto acompanha o do relator” ou, talvez, “*data maxima venia*, fico com o goleiro Beltrano, que pegou um pênalti impossível e operou defesas milagrosas”.

Não só o “juridiquês”, mas também o jargão das discussões do Congresso atinge as inflamadas mesas redondas do futebol (na TV ou até no boteco): para acabar com a balbúrdia de todos querendo falar ao mesmo tempo, alguém dá um grito: “Pela ordem, senhor presidente” ou “questão de ordem, senhor presidente”, “eu fui citado, tenho direito a réplica” etc.

7. Permeabilidade para estrangeirismos

O português do Brasil é mais receptivo a estrangeirismos do que o de Portugal. Aqui, tranquilamente dizemos “cliquear o mouse” e não “carregar no rato”. Em sentença, o juiz da Comarca de Lisboa, julgou recurso da famosa fábrica brasileira de *lingerie* De Millus, que reclama sua propriedade de marca nominativa também em Portugal, “especialmente para ampara seios”, em vez de usar o estrangeirismo *soutien*¹².

Não se trata somente de xenofilismos/xenofobias de cada cultura, mas também de outros fatores como nos casos que se seguem.

a) Fator político

Durante o fascismo, Portugal, Espanha e Itália proibiram nomes estrangeiros e uma circular do *Partito Nazionale Fascista* de 1936 obrigou a imprensa a “traduzir” até os nomes próprios de artistas. Assim, por conta da censura, “Louis Armstrong” e “Benny Goodman” tiveram de ser “renomeados” como Luigi Braccioforte e Beniamino Buonuomo¹³.

Julián Marías (1989) conta em suas memórias a perseguição aos nomes estrangeiros no dia seguinte à tomada de Madri pelos franquistas: a salada russa passou a ser “salada imperial”; a loja de calçados “Les Petits Suisses”, “Los Pequeños Suizos”; as “repúblicas” de estudantes, “impérios” e as balinhas “Darlings” perderam o G na tentativa de espanholizá-las.

¹¹ Cf. Jean Lauand: “El Álgebra como Ciencia Árabe”. Disponível em https://www.webislam.com/author/1_jean_lauand/. Acesso em 15-8-2020.

¹² Cf. em https://servicosonline.inpi.pt/luceneweb/1970_10/10_1970_MNA0000137375.pdf. Acesso em: 15-8-2020.

¹³ Cf. em <https://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2009/05/08/quando-era-la-censura-titta-nessi.html?ref=search>. Acesso em 9-8-2020.

b) Eufemismo, pudores e tabus

Outras vezes é o pudor ou o eufemismo que convoca o estrangeirismo. Perguntar pelo *toilette* (já dicionarizado em “toailete”) parece menos cru do que pelos prosaicos “mitório” ou “latrina”. De que modo, mais adequado, a colunista de TV Cristina Padiglione poderia noticiar tão delicado assunto no vetusto Estadão (31-01-2015): “O *derrière* de Paola Oliveira continua a ser assunto na internet”?

Claro que essa tendência depende do modo como a sociedade, em cada época, aceite uma linguagem mais direta. “Trottoir” – uma alternativa para (o também superado) “rodar a bolsinha” – foi usado pelo Estadão 81 vezes, por mais de 50 anos (de 1956 até 2008). Para referir-se às casas de prostituição, o estrangeirismo também parecia uma boa alternativa para aliviar o peso das palavras. Em 1964, por exemplo, o “A Luta Democrática” (RJ, 04-01-1964) explica aos leitores que é por influência de deputados estaduais “que o Hotel Brasília, ‘*rendez-vous*’ escandaloso, que afronta os Moradores de Mesquita, trabalha à vontade”. O leitor de hoje certamente consideraria uma hipocrisia recorrer a tais eufemismos relacionados à prostituição.

c) Palavras importadas

Sempre que uma realidade (um alimento, um jogo, uma moda etc.) vem de outro país, surge o problema de como denominá-la aqui, em seu novo habitat.

Por vezes, um nome nacional prevalece e nem deixa ver a origem estrangeira da realidade que designa. É o caso, por exemplo, da tangerina¹⁴, chegada ao Brasil em 1892¹⁵ e imediatamente em São Paulo¹⁶ – e em outros estados – denominada brasileiríssimamente “mexerica”.

Em muitos outros casos, porém, não tem jeito; sem similar nacional, o nome (talvez até “aportuguesado”) vem junto com a importação, como é o caso de: “quibe” e “esfiha”, “sushi” e “sashimi”, “uíque”, “vodca”, “champagne” etc.

Já a importação brasileira do futebol é um caso interessante: começamos por assumir quase totalmente o léxico inglês do jogo, para depois admitir alguns “aportuguesamentos” e, finalmente, introduzir termos novos inventados no Brasil.

Assim, desde o começo, a “partida” era *match*; “placar”, *score*; “juiz/árbitro”, *referee*; “goleiro”, *goalkeeper*; “time”, *team* ou *a eleven*; “campo”, *ground*; “primeiro tempo”, *half time*; “chute”, *shoot* ou *kick*; “escanteio”, *corner*; “centro avante”, *center forward*; “seleção”, *scratch* etc.¹⁷ Havia, ainda, nas peladas de garotos dos anos 50 e 60, gritos reclamando um “fri-quique”, ridícula forma para falta de tiro livre (*free-kick*).

É sabido que, naqueles começos, houve tentativas de nacionalizar o próprio nome do “desporto” (menos inglês do que “esporte” ou *sport*), propondo trocá-lo por “ludopedio” (ou por “ballipodo”). Um dos que propugnava por essa inglória causa foi Lincoln Kubitschek (tio de JK), que advogava também por nomes como “Gremio de Ludopedio *tal*”, em vez do bárbaro “*tal* Football Club” (“Revista de Língua Portuguesa” RJ, No. 18, julho 1922). Se o Santos e o São Paulo Futebol Clube não seguiram essas regras, a castiça Associação Portuguesa de Desportos (fundada em 14-8-1920) dela se aproximou.

¹⁴ Em inglês, *tangerine*; em francês, *mandarine*.

¹⁵ Cf. “Revista Globo Rural” <https://revistagloborural.globo.com/vida-na-fazenda/como-plantar/noticia/2013/12/como-plantar-tangerina.html>. Acesso em 9-8-2020.

¹⁶ Cf. p. ex. “O Estado de S. Paulo”, 28-02-1903.

¹⁷ Cf. p. ex. na BN, entre outros mil, a revista infantil “O Tico-Tico” (RJ, 13-09-1916).

Ao longo das décadas, os termos se consolidaram: alguns em anglicismos aportuguesados, como “gol”, “time”, “pênalti” etc.; outros mantiveram-se em vernáculo 100% nacional: “escanteio”, “impedimento” etc. Com o tempo, surgiram novos nomes para novas realidades no jogo: “carrinho”, “chapéu”, “pedalada”, “peixinho”, “bicicleta”, “catimba” etc.

d) Esnobismos

Assim como é justificável a presença de alguns anglicismos no futebol; também o são a presença de italianismos na notação musical (*andante*, *allegro ma non troppo* etc.), ou na culinária (enquanto nós dispomos quase só de “macarrão”; os italianos têm nomes diferenciados para mais de 100 tipos de pasta: “spaghetti”, “tortellini”, “farfalle”, “penne”, “conchiglia” etc. etc.). De qualquer forma, é sabido que todas essas nomenclaturas específicas circulam na fala popular e são oferecidas pelos restaurantes nacionais (de preferência, cozidos “al dente”).

Na moda, não há como escapar do francês (como *soutien*, *lingerie*, *tailleur*, *prêt-à-porter*), ou também na culinária: pouco importa se a maioria de nossos restaurantes erram a grafia de “belle meunière”; o importante é evocar a clássica receita de pescado.

Da época em que a cultura francesa era dominante, trocamos “cardápio” por “menu”.

Hoje, com a prevalência do inglês, até “a padaria” do centro de Santana do Parnaíba (longe dos bairros nobres e condomínios de luxo) é “Parnaíba’s Center”.

Há aí, geralmente, uma razão cultural. Por exemplo, depois da conquista normanda da Inglaterra (1066), as classes altas falavam francês e o inglês estava reservado aos pobres e camponeses. Daí a dualidade dos nomes de alimentos: *sheep* é o carneiro vivo, de cuja criação se encarrega o pobre; *mutton* é a carne consumida pelo rico (e o mesmo vale para *pig / pork* ou *ox / beef*).

Há nesse campo esnobismos totalmente desnecessários e que não passam de mera afetação e “frescura”. Até que ponto precisamos descartar a velha e boa “tigela”, como aquele hotel com “hospedagem pet”, que oferecia para os animaizinhos “bowl de ração”? Chamar de “smooth de banana e morango” não será mero pretexto para cobrar um adicional à velha e boa “vitamina”?

Avançando no olhar crítico, vale lembrar a genial análise da influência do cinema sonoro (surgido em 1927) na nossa língua e recém chegado ao Brasil, com o samba “Não tem tradução”, que contempla também outra sensação tecnológica da época: a novidade do telefone.

Não tem tradução

O cinema falado é o grande culpado da transformação
Dessa gente que sente que um barracão prende mais que o xadrez
Lá no morro, seu eu fizer uma falseta
A Risoleta desiste logo do francês e do inglês
A gíria que o nosso morro criou
Bem cedo a cidade aceitou e usou
Mais tarde o malandro deixou de sambar, dando pinote
Só querendo... Na gafieira dançar o Fox-Trote
Essa gente hoje em dia que tem a mania da exibição
Não entende que o samba não tem tradução no idioma francês
Tudo aquilo que o malandro pronuncia

Com voz macia é brasileiro..., já passou de português
Amor lá no morro é amor pra chuchu
As rimas do samba não são “I love you”
E esse negócio de “alô”, “alô boy” e “alô Johnny”
Só pode ser conversa de telefone.

A amostra das tendências no dinamismo da língua – extensa na consideração do número de exemplos, mas reduzida para representar a amplitude e os complexos meandros dos caminhos de evolução – funciona como um exercício para que se possa desnaturalizar a percepção do caldo linguístico no qual todos nós estamos imersos. Uma percepção que afeta a nossa posição no mundo e o nosso olhar sobre a educação. Navegar nas águas dos discursos é, em última instância, lidar com a pluralidade de correntes construtivas sempre renovadas; é viver na diversidade e aceitar as possibilidades do dizer; é reconhecer a participação de todos e de cada um; é ter consciência de que a sagrada língua de hoje não prevalecerá no amanhã.

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. (VOLOSHINOV, V. N.) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec 1988.
- CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 1989.
- COLELLO, S. M. G. *A escola e as condições de produção textual: conteúdos, formas e relações*. Tese de livre-docência apresentada à Faculdade de Educação da USP. São Paulo: 2015.
- FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo – As ideias do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.
- GERALDI, W. “Labuta da fala, labuta da leitura, labuta da escrita” In: COELHO, L. M. (org.) *Língua materna nas séries iniciais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009, p. 213-228.
- LAUAND, J. *Revelando a linguagem*, São Paulo: Factadh, 2016.
- LEWIS, C. S. *Studies in Words*, Cambridge at the Univ. Press, 1960.
- MARÍAS, J. *Una vida presente – Memórias I*. Madrid: Alianza, 1989.

Recebido para publicação em 18-08-20; aceito em 19-09-20